

A Lei de Incentivo é um instrumento da Prefeitura de Petrópolis que dá incentivo fiscal para empresas e pessoas que venham a patrocinar projetos esportivos no município. Assim, uma empresa situada nesta cidade pode pleitear o desconto de parte do seu ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) em troca do patrocínio a um projeto esportivo. • Este projeto deve ser aprovado pela Comissão Técnica de Aprovação de Projetos - CTAP • A Empresa patrocinadora e a empresa proponente devem estar em dia com as CNDs. (Certidão Negativa de Débito) Isso permite veicular sua marca em toda a mídia referente ao projeto.



Pela Lei de Incentivo pode ser descontado 30% do valor global de ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e 50% do valor global do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) em troca do patrocínio a um projeto esportivo.

O valor referente à concessão do incentivo constará na Lei Orçamentária Anual - LOA, progressivamente, da seguinte forma: I - o limite de 0,5% da arrecadação do IPTU do ano anterior no seu primeiro ano de vigência; II - o limite de 1% da arrecadação do IPTU do ano anterior em seu segundo ano de vigência; III - o limite de 1,5% da arrecadação do IPTU do ano anterior a partir de terceiro ano de vigência.



O teto orçamentário para cada Proponente será de 30.000 UFIRs (R\$142.524,00), relativo ao ano calendário, com um máximo de 6 (seis) projetos por Proponente desde que não ultrapasse o teto. Obs: UFIRs 2025 = R\$4,7508.

# Manifestações esportivas

- I desporto educacional;
- II desporto de participação;
- III desporto de rendimento;
- IV- esporte de formação.

## Documentação do proponente

- a) Cópia do Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado da última ata de alteração e da eleição da Diretoria;
- b) Cópia do RG e CPF do dirigente ou representante legal;
- c) Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ com no mínimo 02 (dois) anos de atividade no setor;
- d) Comprovante de sede na cidade de Petrópolis, através de alvará;
- e) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

- f) Certidão Negativa de Tributos
   Estaduais acompanhada da Certidão
   Negativa de Débitos e Dívida Ativa da
   Procuradoria Geral do Estado;
- g) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- h) Certificado de Regularidade do FGTS;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



## Documentação do Patrocinador - PJ

- a) Cópia do Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado da última ata de alteração e da eleição da Diretoria;
- b) Cópia do RG e CPF do dirigente ou representante legal;
- c) Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ;
- d) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

- e) Certidão Negativa de Tributos
   Estaduais acompanhada da Certidão
   Negativa de Débitos e Dívida Ativa da
   Procuradoria Geral do Estado;
- f) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- g) Certificado de Regularidade do FGTS;
- h) Certidão Negativa de Débitos
   Trabalhistas



# Documentação do Patrocinador - PF

- a) Cópia do RG e CPF;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais acompanhada da Certidão Negativa de Débitos e Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado;
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas





# Conteúdo do projeto

- a) Relatório descritivo do Projeto:
- a.I) Apresentação do Proponente (histórico);
- a.2) Descrição e metodologia empregada;
- a.3) Justificativa;
- a.4) Objetivos;
- a.5) Metas



## Conteúdo do projeto

- b) Planilha Orçamentária Acompanhada de
   O3 (três) orçamentos,
- b.1) As Planilhas Orçamentárias devem apresentar as despesas previstas,
- I Execução, incluindo recursos humanos,
   serviços e compras de material;
- II Administrativas o valor não poderá ultrapassar a IO% (dez por cento) do total do Projeto;



- III Impostos, taxas, contribuições e seguros;
- IV Divulgação com mídia e merchandising o valor não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento)
  V Elaboração de Projeto e captação de recursos o valor não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do total do Projeto.
- c) Cronograma de Atividades;
- d) Plano de Divulgação

## Tramitação

A tramitação se dará na seguinte ordem:

- I Criar Login e senha no Site Petropolis.gov.rj.br
- II Cadastro e upload das certidões e documentos do proponente no Petropolis.gov.rj.br elencados no art. 3º do Decreto;
- III Análise da documentação específica do Proponente pela Comissão Específica da SEPJIL;
- IV Download e upload dos documentos preenchidos do projeto com as declarações específicas no site Petropolis.gov.rj.br pela
   Comissão Específica da SEPJIL;
- V Parecer sobre a análise do Projeto, elaborado pela Comissão Específica da SEPJIL;
- VI Encaminhamento do Processo para o Presidente da CTAP;
- VII Distribuição do Processo para os relatores da CTAP;
- VIII Parecer do Relator designado pela CTAP, sugerindo a aprovação ou reprovação do Projeto;
- IX Sessão de Julgamento, com análise de mérito dos Projetos, pelo colegiado da CTAP;
- X Publicação da ata de julgamento no Diário Oficial do Município e emissão do Certificado de Aprovação do Projeto;
- XI Análise da documentação específica do Patrocinador pela Comissão Específica da SEPJIL e Secretaria de Fazenda;
- XII Formalização do Termo de Compromisso e publicação no Diário Oficial do Município de Petrópolis;
- XIII Depósito do patrocínio em conta específica para este fim;
- XIV Encaminhamento do Recibo de Patrocínio REP;
- XV Publicação do benefício fiscal pela SEPJIL no Diário Oficial do Município;
- XVI Encaminhamento do REP e publicação do benefício pelo Comissão Específica da SEPJIL à Secretaria de Fazenda;
- XVII Prestação de Contas do Projeto na Comissão Específica dos Convênios.

## Tramitação do Projeto

Gerar Login e senha no Site Petropolis.gov.rj.br Cadastro e documentação Do Proponente Cadastro dos formulários e planilhas do Projeto

Parecer da SEL

Sessão de Julgamento

Parecer do Relator

relatores da CTAP Presidente da CTAP

Publicação da Ata E emissão do Certificado

Análise do Patrocinador

Termo de Compromisso

Depósito do patrocinador

Prestação de Contas

Encaminhament o do REP a Fazenda

Publicação do benefício fiscal

Recibo de Patrocínio





## Prioridade na tramitação

A prioridade de tramitação, obedecerá a seguinte ordem:

- I Prioridade I (um) Projetos Sociais que tratem de crianças em vulnerabilidade social com apresentação da Carta de Intenção com valor integral do patrocinador/doador;
- II Prioridade 2 (dois) Projetos Esportivos diversos com apresentação da Carta de
   Intenção com valor integral do patrocinador/doador;
- III Prioridade 3 (três) Projetos Sociais que tratem de crianças em vulnerabilidade social sem apresentação da Carta de Intenção;
- IV Prioridade 4 (quatro) Projetos Esportivos diversos sem apresentação da Carta de Intenção;
- V Os Projetos de ações contínuas, terão prioridade I (um) para sua renovação.

# Comissão de aprovação

A Comissão Técnica de Aprovação de Projetos - CTAP será constituída por:

- 3 (três) membros do Poder Público
- 3 (três) membros da Sociedade Civil, eleitos no CMEL (Conselho Municipal de Esportes e Lazer)